

## A Grécia e o futuro da União Européia

Henrique Rattner

FEA/USP

O pacote de resgate à Grécia, divulgado no dia 2 de maio, foi recebido com desconfiança e levou à queda do euro e, também, à desvalorização dos papéis dos tesouros português e espanhol, considerados as próximas vítimas na mira do mercado – ou dos especuladores.

O plano da Europa de defender sua moeda – o euro – com um pacote de 750 bilhões de euros não foi concebido para salvar apenas a Grécia de sua crise de solvência. Procurou, sobretudo, evitar a contaminação dos mercados de Portugal e da Espanha, cuja insolvência poderia jogar a economia mundial no abismo do qual ela tentou escapar nos últimos dois anos.

Temporariamente, essa demonstração de poder de fogo financeiro parece funcionar, na medida em que os mercados se acalmaram e a cascata de ataques especulativos tende a diminuir.

Se o plano ajuda a ganhar tempo, ele ainda deixa o serviço incompleto porque não consegue consertar as falhas fiscais e estruturais que levaram a zona do euro a este impasse.

Portugal e Espanha foram pressionados a anunciar apertos fiscais e qualquer país que queira emprestar dinheiro ao fundo de estabilização terá que concordar com um programa de ajustamento com o FMI – Fundo Monetário Internacional – nos moldes como fez a Grécia. Em outras palavras, quem pedirá dinheiro terá de assumir a disciplina imposta por um organismo especializado em sua aplicação.

A imposição de um “bom comportamento” que procurou fazer valer, na ação de resgate, a cláusula de “estabilidade e crescimento” não funcionou no passado.

Nenhum país que ultrapassou os limites de déficit em contas correntes e das contas públicas foi penalizado, nem mesmo os países mais ricos e poderosos da União Europeia, a França e a Alemanha.

Agora, a Alemanha, um dos maiores credores, exige que os países à beira da falência reduzam suas dívidas mediante violentos cortes em seus orçamentos, antes de se habilitarem a novos empréstimos. Os riscos, todavia, são grandes. Levados ao extremo, essas exigências podem levar a maior parte da Europa à deflação e estagnação que causarão,



inevitavelmente, revoltas e protestos populares.

A Europa ganhou algum tempo com o resgate de 750 bilhões de euros, mas os problemas de longo prazo permanecem. A maior parte dos países da União Europeia vive acima de suas posses, com déficits públicos descontrolados. Caso o tempo não for utilizado para controlar os gastos, os mercados voltarão a ficar inquietos. Infelizmente, políticos e eleitores estão despreparados para uma era de austeridade, após um longo período em que a vida para grande parte da população foi extremamente confortável. Hoje, verifica-se que a Europa não tem recursos para arcar com os custos de suas aposentadorias e outros programas sociais. A crise grega serve como exemplo radical de um problema europeu geral. Os investidores desconfiam finalmente dos níveis das dívidas e dos déficits orçamentários dos PIIGS.

Verifica-se, portanto, que a situação grega não afetará apenas a credibilidade do euro e da União Europeia, mas também as contas dos outros Estados. A França é a maior credora da Grécia com bônus no valor de 75 bilhões de euros. Não é por acaso que o governo de Nicolas Sarkozy insiste em encontrar um acordo que garanta o pagamento da dívida grega. No total, a exposição da França em relação às economias dos PIIGS é a maior do mundo. Os bancos franceses detêm mais de novecentos bilhões de dólares das dívidas desses países e a falência deles causaria um terremoto na economia francesa.

Os bancos alemães detêm mais de 700 bilhões de dólares norte-americanos em papéis de dívidas

dos cinco países mais endividados da Europa. No caso de Portugal, um terço da dívida do país está nas mãos de bancos espanhóis, cerca de 86 bilhões de dólares norte-americanos.

As instituições financeiras espanholas já enfrentaram a quebra do setor imobiliário do país, em 2008, e a economia do país é afetada por uma taxa de desemprego de 20% e uma contração significativa do PIB.

Um dos fatores que complicam a situação da União Europeia é o emaranhado de relações entre os bancos dos cinco países mais afetados. Para exemplificar, os bancos irlandeses têm oito bilhões na Grécia e os portugueses, mais de nove bilhões, além de deter vinte e um bilhões de dólares da dívida espanhola. Isto significa que uma moratória de uma dessas economias afetaria gravemente a já frágil situação das demais.

Os maiores bancos internacionais têm uma exposição de US\$ 3,8 trilhões nas economias mais endividadas da Europa – os PIIGS. Segundo o BIS – Banco de Compensações Internacionais que funciona como uma espécie de banco central dos bancos centrais –, uma moratória declarada em qualquer desses países trará o caos ao sistema financeiro internacional e, por extensão, à economia global.

Mesmo que o governo e a população alemã resistam em pagar o resgate dos gregos, seus bancos estão profundamente vulneráveis à situação grega, sendo que metade da dívida da Grécia é de obrigações que se encontram na posse de bancos alemães. Também na Irlanda e em Portugal, a exposição dos bancos alemães às dívidas desses

países ultrapassa dezenas de bilhões de dólares.

Mas até os quatro grandes da Europa – Alemanha, França, Itália e Grã-Bretanha – não são imunes a preocupações por causa das dívidas e dos déficits dos outros países, enquanto enfrentam dificuldades para manter suas próprias contas em dia.

Como ilustram os protestos e tumultos na Grécia, nem todos os europeus reagem de forma tão estóica a grandes cortes dos orçamentos. Ao contrário, consideram que a aposentadoria antecipada, a assistência médica gratuita e o seguro desemprego generosos são direitos adquiridos e fundamentais. Não se perguntam como esses benefícios sociais são pagos e a sensação de que tudo é um direito inviolável complica e torna difícil eventuais reformas, necessárias e inadiáveis. Mas, não aceitando as medidas de austeridade agora, terão de encarar medidas mais drásticas no futuro, com colapsos dos bancos e moratórias nacionais.

O crescimento em tamanho e poder da União Europeia alimentaram uma ilusão de idade de ouro e atitudes complacentes. Para os países do sul da Europa que aderiram ao núcleo central, “Bruxelas” foi vendida como uma apólice de seguros. Bastaria aderir à União Europeia para usufruir de vidas relativamente fáceis, como os alemães e os franceses. E o método funcionou durante anos, graças a generosos financiamentos que resultaram em crescimento econômico e melhoria do padrão de vida na Espanha, em Portugal e na Grécia. A ilusão da apólice de

seguros foi vendida também para os membros fundadores, nas palavras do presidente Nicolas Sarkozy e da chanceler Ângela Merkel, segundo os quais a Europa “protege” contra as adversidades da economia global, baseando-se na ideia de que o espaço econômico e político de vinte e sete países seria suficientemente grande e poderoso para sustentar o modelo social único contra as incertezas da economia global.

Mas, esta proteção é limitada e os europeus começam a temer os detentores de seus títulos de dívida. A sobrevivência como “potência de estilo de vida” depende de ampla oferta de crédito. O resgate da Grécia, além de um salva-vidas lançado aos governos europeus, causou profundos arranhões na suposta solidariedade interna do bloco. Os protestos na Grécia se equiparam à amargura da população alemã sobre o custo do resgate dos irresponsáveis europeus do sul. As tensões internas e externas criadas aproximam o clima das relações a um grau de conflito – verdade, sem armas – na União Europeia. Ajudaria aos europeus para se dar conta de que a União Europeia não garante proteção contra as vicissitudes do mundo exterior?

Seria lícito indagar por que, além dos cortes orçamentários e dos benefícios sociais que afetam, sobretudo, as massas trabalhadoras, não há manifestações dos governantes no sentido de aplicar maior rigor no controle e na fiscalização das instituições financeiras e na limitação das remunerações régias de seus executivos?